

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VITÓRIA DA CONQUISTA- BAHIA

Niltânia Brito Oliveira

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC
africa.niltania@gmail.com

Elisângela Andrade Moreira Cardoso

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
elisangelajg@gmail.com

Arlete Ramos dos Santos

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC
arlerp@hotmail.com

Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos

Universidade Tecnológica Nacional-UTN
jaciarasantanna@yahoo.com.br

Lisângela Silva Lima

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC
lisangelalivre@hotmail.com

Resumo: Este artigo apresenta resultados preliminares de uma pesquisa em andamento intitulada “O PAR e as políticas educacionais em municípios da Bahia”, a qual tem como objetivo analisar como vem sendo implementadas essas ações e programas oriundos do PAR e quais os seus impactos na educação municipal de Ilhéus, Itabuna e Vitória da Conquista/BA. Para esse artigo foi feito o recorte sobre a Política Nacional de Educação do Campo e a Proposta de Educação Escolar Quilombola na rede municipal de ensino de Vitória da Conquista. A metodologia utilizada está ancorada no materialismo histórico dialético, de cunho qualitativo e os instrumentos de coleta de dados utilizados foram revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas realizadas com os professores e gestores das escolas quilombolas. Os resultados demonstraram que a Educação Escolar Quilombola não está em consonância com a legislação nacional e não atingiu as especificidades deste público no município pesquisado.

Palavras-chave: Educação do Campo. Proposta de Educação Escolar Quilombola. Rede Municipal de Ensino.

Introdução

Este artigo apresenta resultados preliminares de uma pesquisa em andamento, nos municípios de Ilhéus, Itabuna e Vitória da Conquista – Bahia. Entretanto, nesse texto, optamos por descrever os dados evidenciados inicialmente, apenas no Município de Vitória da Conquista-BA, tendo como recorte a Política Nacional de Educação do Campo e a Proposta de Educação Escolar Quilombola na rede municipal do referido município.

Vitória da Conquista é um município localizado na região Sudoeste. De acordo com estimativa realizada pelo IBGE, em 2013, o Município de Vitória da Conquista possuía 336.987 habitantes. Em Vitória da Conquista atualmente são 189 escolas nos meios rural e urbano das quais vinte e seis (26) estão em áreas quilombolas, devidamente reconhecidas pela Fundação Palmares. (SMED, 2017).

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizamos revisão bibliográfica sobre a Política Nacional da Educação do Campo, a qual trata de uma política educacional oriunda das lutas dos movimentos sociais, das entidades de luta pela reforma agrária e dos educadores que defendem a educação do campo, tornando-se política de Estado, garantida por Lei. De acordo com as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo (2002), os quilombolas fazem parte dos sujeitos do campo, por isso, estes se constituem, também, como parte do nosso estudo. A metodologia da nossa pesquisa consiste em análise de dados coletados na Secretaria Municipal de Educação - SMED, do Município de Vitória da Conquista, análise documental e as entrevistas realizadas com os professores e gestores das escolas quilombolas. Neste primeiro momento os sujeitos envolvidos foram gestores e professores que atuam em escolas do campo.

Assim, esse texto está dividido em três partes: na primeira parte apresentamos uma breve análise da Política Nacional de Educação do Campo e suas implicações para serem implementadas; no segundo momento situamos a Proposta de Educação Escolar Quilombola na rede municipal de ensino de Vitória da Conquista, analisando as legislações implantadas e a realidade local quanto a essas normativas. Ao chegar ao final do texto buscamos responder às seguintes questões: Como a Política Nacional de Educação do Campo está sendo implementada no município de Vitória da Conquista através da proposta de Educação Escolar Quilombola na rede municipal do referido município? O município está em consonância com as normativas nacionais da Educação do Campo para a modalidade quilombola?

A Política Nacional de Educação do Campo e suas implicações no processo de implementação em Vitória da Conquista-Bahia

A Educação do Campo enquanto política estatal ganhou impulso após o I ENERA- Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária –que aconteceu em Brasília no ano de 1997, e logo após, com a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo que foi realizada em Luziânia/GO, no ano de 1998, legitimando as lutas em prol da identidade da educação camponesa, nas diferentes ações desde então, e envolvendo progressivamente um conjunto maior de organizações e entidades (FONEC, p.1, 2012).

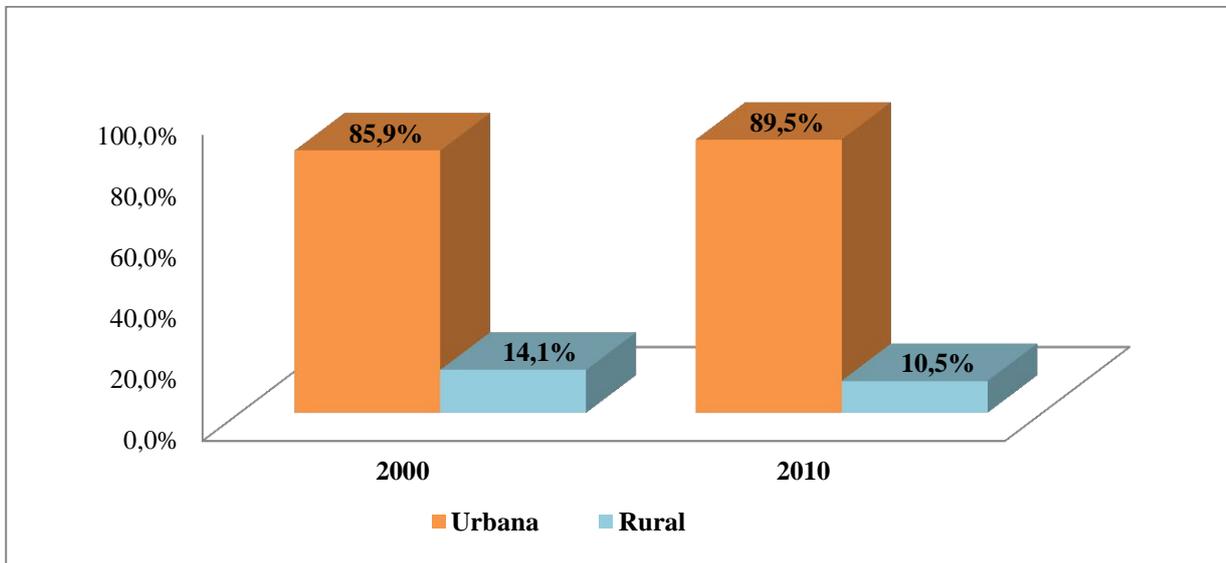
Segundo Santos (2016, p.168),

Importante notar, que o próprio movimento social reconstrói a sua prática no decorrer da história. Inicialmente, debate-se a educação Básica do campo, na Conferência Nacional de 1998. Mais tarde, amplia-se o debate para a Educação do Campo, incluindo a vertente escolar, a Educação Básica, a Educação Superior, Pós-Graduação e concursos públicos para docentes da Educação Superior. O que motivou o surgimento desta nova prática social foi a necessidade de lutas unitárias feitas pelos próprios trabalhadores e suas organizações por uma política pública de Educação do Campo, que garantisse o direito das populações do campo à educação.

A autora supracitada ressalta a relevância dos debates e das lutas dos trabalhadores do campo para tornarem realidade seus direitos a uma educação que atenda às suas especificidades, tornando-os sujeitos do campo e construtores da própria história onde residem. Sendo assim, problematizar as reais condições às quais o homem do campo teve que deixar suas origens, suas terras e buscar alternativas na cidade, são fatores preponderantes para o desvelamento desta lógica predatória do capitalismo que nega a identidade do homem camponês, completamente inversa à política de uma educação do campo emancipatória.

Dados do IBGE (2010) revelam uma realidade que confirma o êxodo rural das populações do campo em Vitória da Conquista. O gráfico abaixo apresenta a realidade desse município quanto à distribuição da população em áreas urbana e rural:

Gráfico 1 - Distribuição da População de Vitória da Conquista entre as áreas urbana e rural nos anos de 2000 e 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010, 2017.

Seguindo uma tendência nacional, a fixação da população do município de Vitória da Conquista na zona urbana, é evidenciada pelo gráfico enquanto que a população campesina reduziu consideravelmente, principalmente, durante a última década, acompanhando uma disposição que pode ser verificada em todo o país, que é a migração do homem do campo para as cidades. Percebemos com isso, uma lógica inversa, pois a força do campo, mesmo com a migração excludente desse homem para a cidade e com a chegada do agronegócio de cunho capitalista que o retira do seu meio habitacional, notamos a necessidade do retorno do homem ao campo para tornar possível as subsistências das cidades (SANTOS, 2016). Em Vitória da Conquista esse fenômeno não é diferente, visto que há urgência nas ações para a garantia de retorno desse homem ao espaço campesino às suas origens históricas e à retomada de suas terras.

Segundo Santos (2016, p. 63),

A implantação do paradigma do agronegócio no campo brasileiro representou a exploração e/ou expropriação de muitos trabalhadores que não puderam mais retirar as suas condições de existência no campo. Esse modelo econômico ampliou e reconfigurou a capacidade de extração de mais-valia e de aumento nas

margens de lucro da burguesia que atua/ na agroindústria, sendo mediada pelo aparato jurídico, político, econômico e ideológico de controle do grande capital sobre a terra e a força de trabalho, depreendendo dessas relações de produção entre capital e trabalho um aumento significativo de excluídos no país.

A autora, através de suas reflexões revela a política do capital de negação dos direitos do homem do campo e faz uma alerta acerca disso, situando o agronegócio como sendo esse representante eficaz do capitalismo para explorar e expropriar os camponeses de suas terras, tornando os trabalhadores do campo excluídos da sociedade.

Partindo desta realidade, o movimento de luta por uma Educação do Campo vem invertendo essa lógica através de suas lutas, acumulando um conjunto importante de instrumentos legais que reconhecem e legitimam as lutas dos trabalhadores do campo, sendo esta, uma condição necessária para que a universalidade do direito à educação se exerça, respeitando as especificidades dos sujeitos do campo. Assim, surgem as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, em conformidade com as Resoluções CNE/CEB nº 1/2002 e CNE/CEB nº 2/2008, como fruto dessas lutas, bem como o Parecer CNE/CEB nº 1/2006 que reconhece os Dias Letivos da Alternância; a Resolução CNE/CEB nº 4/2010 que reconhece a Educação do Campo como modalidade específica e define a identidade da escola do campo; o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA - (FONEC, 2012, p.14).

O Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, dispõe sobre o reconhecimento das especificidades sociais, culturais, ambientais, políticas e econômicas do modo de produzir a vida no campo.

Para efeitos deste Decreto, entende-se por:

- I – populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.
- II – escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela

situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.(FONEC, 2012, p.14-15).

Originária do campo, a Educação Escolar Quilombola no Brasil surgiu das pressões das organizações do Movimento Quilombola e do Movimento Negro que trazem essa problemática à cena pública e política, e a colocam como importante questão social e educacional. Existem princípios constitucionais que atestam o direito das populações quilombolas a uma educação diferenciada. A Constituição Federal de 1988, no Art. 208, inciso I, assegura a todos em idade escolar “Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, garantida, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria” e afirma ainda no inciso VII, § 3º, ser competência do poder público “recensear os educandos no Ensino Fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola”. No Art. 210, a esta mesma Lei assegura que “Serão fixados conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”(BRASIL, 1988), garantindo que a escola levará em conta a cultura da região onde está inserida.

Mészáros(2014, p. 64) afirmaque

[...] o capitalismo outorga suas estratégias de dominação de forma alienante e desta maneira os grupos de trabalhadores não conseguem obter êxito justamente pelo fato de que suas lutas são solitárias, ao contrário disto seria a cooperação entre os povos, a luta da classe trabalhadora excludente, numa perspectiva da coletividade para contrapor a hegemonia do capital.

O que ocorre é que a Educação Escolar Quilombola vem sendo negada como um direito. Entretanto, na gestão dos sistemas de ensino, nos processos de formação de professores, na produção teórica educacional, essa realidade tem sido outorgada de forma marginal. Assim, as escolas quilombolas de origem camponesa trazem consigo os dilemas de um grupo que estando no campo não veem materializados os seus direitos de viver e conviver dignamente como pessoas humanas, livres das amarras do capital.

A Proposta de Educação Escolar Quilombola na Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista/BA

Aproximando-se da realidade das comunidades de quilombo, a palavra Quilombo é de origem *Bantuque* assim como na África, aqui no Brasil representa uma organização sócio política e militar dos povos que organizaram nestes espaços novos territórios para a construção de um novo modelo de sociedade. Tampouco se configura como comunidade isolada, no tempo e no espaço, sem qualquer participação na estrutura social. Ao contrário, as comunidades quilombolas espalhadas pelo território brasileiro mantêm-se vivas e atuantes, lutando pelo direito de propriedade de suas terras, direito esse consagrado pela Constituição Federal de 1988. (REIS,1996).

A luta e resistência dos negros pela permanência nesses locais incluem ações e iniciativas para resolver outros problemas, como as deficiências no sistema educacional, resultando em baixo nível de escolaridade e alto índice de analfabetismo. Vitória da Conquista possui uma população de 62% de ascendentes negros. Destes, estima-se que nove mil (9.000) vivem nas comunidades quilombolas rurais. Estas comunidades são formadas majoritariamente por pequenos produtores rurais com baixo nível de escolaridade e com baixa renda. A média de membros por família é de cinco pessoas. A oferta de acesso à escolarização às comunidades negras rurais não alcança duas décadas, e logo são extintas. (IBGE, 2010).

O Município de Vitória da Conquista através da rede municipal de ensino busca cumprir, desde 2005, o que determina a Lei nº 10.639/03, pois implantou um componente curricular novo, atendendo às Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, por meio de ações que visam assegurar os estudos desse componente na rede municipal de ensino. Essas ações abarcaram três dimensões, a saber: formação docente, produção de materiais didáticos e pedagógicos e adoção de mecanismos institucionais para serem trabalhadas as questões étnico-raciais e a cultura afro-brasileira e africanas nas escolas da rede, especificamente no Ensino Fundamental. (OLIVEIRA; SILVA, 2008).

Os resultados são observados, a partir da aprovação pelo Conselho Municipal de Educação da oferta da Disciplina História e Cultura Afro-Brasileira no referido município, por meio do Parecer nº 008/2006, o que desencadeou na implantação do Núcleo de Educação para a Diversidade na rede municipal de ensino de Vitória da Conquista/BA, no qual participamos, juntamente com outros colegas que compuseram a equipe da Secretaria Municipal de Educação – SMED, em 2008. O referido Núcleo tinha como objetivos planejar a sua estruturação e organização desde a concepção até a construção e implementação da ementa da disciplina acima descrita. Outra tarefa desse Núcleo era a organização das escolas quilombolas para o trabalho com essa temática, surgindo assim, a necessidade de uma educação voltada para a valorização e o fortalecimento da identidade das pessoas remanescentes de quilombos. Ocorre que desse período em diante, apesar dos avanços significativos observados, essa realidade vem sendo desconstruída através de mudanças oriundas de gestores municipais e as deliberações advindas do Conselho Municipal de Educação – CME -estão sendo negligenciadas pelo órgão gestor, que é a Secretaria Municipal de Educação de Vitória da Conquista/BA - SMED. Isso, além de prejudicar, descaracteriza a luta pelos ideais de uma população que deve ser, antes de tudo, respeitada como cidadãos de direitos.

Metodologia da Pesquisa

Para análise dos dados, temos como referência a metodologia dialética visto que “a dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a ‘coisa em si’ e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade”. (KOSIK, 1997, p. 20).

Inicialmente, foi feita revisão bibliográfica da Política de Nacional de Educação do Campo para contextualização, observando quais os objetivos, os pressupostos teóricos que as fundamentam e como estão estruturadas nas instâncias Federale Municipal. Para verificação dos resultados obtidos, tanto do ponto de vista da Secretaria Municipal como na visão dos sujeitos da comunidade escolar, foram realizadas entrevistas semiestruturadas em cinco escolas do campo, das quais, duas são quilombolas, no intuito de coletar dados sobre a proposta de educação escolar quilombola nas escolas do meio rural do município. Também aplicamos questionários com

questões abertas e fechadas aplicadas com os professores e coordenadores das escolas do campo no município em questão. Como forma de preservarmos a identidade dos envolvidos na pesquisa, atribuímos nomes fictícios tanto para os entrevistados quanto para as instituições pesquisadas.

Análises dos Dados e Resultados Preliminares da Pesquisa

O Município de Vitória da Conquista está situado na Região Sudoeste da Bahia, sendo a terceira maior cidade do Estado. Ela possui atualmente uma população de, aproximadamente, 343.230 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015).

A Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista/BA, de acordo com a SMED, possui atualmente quarenta e dois mil (42.000) alunos matriculados na Educação Básica, desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental I e II, distribuídos atualmente em cento e oitenta e nove (189) escolas nas áreas urbana e campesina, sendo que na área urbana são setenta e duas (72) e na área do campo são cento e dezessete (117) escolas, das quais vinte e seis (26) são quilombolas. (SMED, 2017).

Esse artigo não apresenta dados dos questionários, pois os mesmos ainda estão sendo tabulados. Assim, contamos com as entrevistas semiestruturadas onde obtivemos informações sobre o nosso objeto de estudo. Em entrevista questionamos sobre o conhecimento que se tem acerca das Diretrizes que orientam os currículos da Educação do Campo e também da Educação Quilombola e, em meio a tantas inferências, obtivemos como resposta:

Nós temos conhecimento acerca das Diretrizes, inclusive a gente começou a fazer a construção do PPP das escolas nucleadas¹ e a gente citou algumas questões. Ainda é uma escrita que está muito sutil por ser uma exigência do Conselho Escolar de Educação para regulamentação definitiva dessas escolas; então nós tivemos que de última hora começar a construir o PPP. Mas ainda [...] precisa ser discutido com os professores e com a comunidade para a gente poder ampliar. O importante sim, é que por conta da necessidade a gente já começou esse escrito, porque as escolas nucleadas já existem há muito tempo e até hoje nada foi produzido em relação a um PPP. Então esse está sendo o pontapé inicial, a referência. E a gente acredita que a partir dessa necessidade a gente vai poder

¹Escolas Nucleadas são unidades escolares situadas em Povoados pertencentes ao município de Vitória da Conquista, porém, distantes da cidade e organizadas em Salas Isoladas, espalhadas na extensão territorial que compõe o respectivo distrito do campo.

ampliar. A ideia é que as trinta e sete (37) escolas que temos, possam produzir seu próprio PPP, dentro das suas especificidades e suas necessidades, enquanto escola, pois a gente tem nessa imensidão de escolas as que são quilombolas e escolas de assentamentos, como a Escola Zumbi dos Palmares que é do MTD [...]. Então a gente tem essa diversidade de localidades e que precisam ter um olhar. E nós não temos uma coordenação específica para atender[...].(TRANSCRIÇÃO DA FALA DA COORDENADORA MARIANA, DA ESCOLA RECANTO DO SABER, 2016).

Quando questionada acerca da existência ou não de um Núcleo específico para as Escolas Quilombolas, a entrevistada respondeu da seguinte forma:

Olha, que eu tenha conhecimento, não. Eu sei que existe uma proposta de criar um Núcleo das Escolas Quilombolas; tem um acompanhamento superficial de uma coordenadora, mas é uma coisa que está muito no querer e realmente não acontece. E, no decorrer desse tempo, muitas Escolas Nucleadas foram paralisadas[...]. (TRANSCRIÇÃO DA FALA DA COORDENADORA MARIANA, DA ESCOLA RECANTO DO SABER, 2016).

Percebemos, em meio às citações, que a coordenadora tem certa preocupação em tornar a construção do Projeto Político Pedagógico das escolas do campo, uma realidade. Essa mesma coordenadora fala da diversidade de modalidades que têm as escolas campesinas, ademais, reconhece que as escolas quilombolas necessitam de um atendimento específico e relata que em anos anteriores já existiu uma proposta de criação do Núcleo para essa finalidade. A coordenadora demonstra desconhecer as normativas anteriores construídas na rede municipal de ensino, mesmo com trinta anos de trabalho na educação municipal. Isto revela que a gestão da educação municipal não buscou socializar, não construiu conjuntamente as discussões necessárias para implementação dessa Política da Educação Escolar Quilombola, voltada ao trabalho das relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e africana, mas na realidade prevaleceu o abandono por parte do poder político local, o qual diverge das legislações vigentes.

Outra entrevista realizada na Escola Municipal Lindo Horizonte nos revela informações significativas para o entendimento da pesquisa quanto ao oferecimento, por parte da SMED, da Educação Escolar Quilombola na rede municipal de ensino, e assim nos afirmou:

A gente já teve assim, alguns encontros aqui mesmo na própria escola, projetos também, só que ainda tem um afastamento, ainda não tem assim aquela [...], é como eu te falo a coisa do material mesmo pra gente trabalhar, então a comunidade aqui é um grupo remanescente, eh até pouco tempo a própria direção da escola não sabia que aqui, é a gente poderia aproveitar desse material, pra poder trazer pra escola, pra trazer esse pessoal pra escola. A gente tem tentado nos seminários que a gente tem feito aqui eh a gente tem, traz algumas questões pra falar sobre a educação, sobre o espaço quilombola, o que é, pra ter mesmo a própria comunidade, porque tem moradores aqui que não sabem, o que é quilombola, o que é ser quilombola, então foi descoberto por um grupo que foi trabalhado, eles têm muitos assim, eles têm muitas e vamos eu digo assim eles tem direitos[...] direitos que não conhecem ainda e até a própria escola ainda não tem assim noção e nem esse documento em mãos pra saber quais são os direitos da Educação Quilombola e como a gente pode trabalhar esse grupo.[...]
(TRANSCRIÇÃO DA FALA DA PROFESSORA LUZIA, 2016).

Percebe-se que a aplicabilidade das Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola não se concretiza no trabalho realizado pelas escolas o que existe é uma tentativa da própria escola, por parte dos professores, de abordar a temática, mas não conseguem sistematizar essas ações em propostas que possam ser viabilizadas de forma contínua, ficando o trabalho prejudicado devido à falta de assessoramento pedagógico específico para essas escolas. Como consequência disso, vemos os próprios moradores não se sentirem pertencentes a este espaço chamado Quilombo.

Conclusões Preliminares

Ainda estamos distantes do que é preconizado em Lei para o atendimento de uma proposta de Educação Escolar Quilombola que atenda as reais necessidades do homem do campo quilombola. As Escolas Quilombolas de Vitória da Conquista continuam, segundo dados da pesquisa, sem um trabalho voltado para o resgate de sua identidade e para as relações étnico-raciais, história afro-brasileira e africana. Não existe coordenação específica e o Projeto Político Pedagógico não se consolidou.

Nessa perspectiva, para além da educação no cenário brasileiro são necessários momentos de discussões voltados para as questões sociais, sobretudo, quilombolas, envolvendo os poderes públicos Federal e Municipal e a sociedade civil, como processo de construção social e política

que seja capaz de elaborar saberes e práticas da história, das lutas, da memória coletiva e da produção cultural com vistas no ressurgir de uma educação emancipatória, arraigada de forças e sentimentos que possam sustentar, não apenas a educação, mas também, a territorialidade identitária quilombola.

A realidade atual das Escolas Quilombolas reflete a política do capitalismo que através do agronegócio descaracteriza as populações camponesas e quilombolas, tornando-os meros reprodutores do capital sem dignidade, direitos cidadania. Vale ressaltar que estes são dados preliminares, pois a pesquisa é ampla e envolve outras categorias de análise que não foram abordadas neste trabalho de pesquisa.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Resolução CNE nº 01, de 03 de Abril de 2002**. (Educação do Campo – cultivando um Brasil melhor). Brasília, 2002.

_____. **Lei nº 10.639/03**. Diretrizes /Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas- Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2003.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 1/2006**. Dias Letivos para a aplicação da Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância. Brasília, 2006.

_____. **Resolução nº 2/2008, de 28 de abril de 2008**. Estabelece Diretrizes Complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília, 2008.

_____. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, 2010.

_____. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 nov. 2010.

FONEC. Fórum Nacional de Educação do Campo. **Notas para análise do momento atual da Educação do Campo**. Brasília, novembro de 2012. Disponível em:

<http://www.editoraunesp.com.br/catedra/publicacoes_relatorios.asp?tpl_id=5>. Acesso em: 01 setembro de 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010/IBGE**. Vitória da Conquista, BA, 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2013/IBGE**. Vitória da Conquista, BA, 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2015/IBGE**. Vitória da Conquista, BA, 2017.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 6. ed. Trad. de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. Tradução Magda Lopes e Paulo Cezar Castanheira. 1 ed. 5 reimpr. São Paulo: Boitempo, 2014.

OLIVEIRA, Niltania Brito; SILVA, Adriana Bispo. Educação para Diversidade. PMVC/SMED, **Comunicações Livres**, VI Congresso de Educação. Uma escola para todos pensando em cada um. Vitória da conquista, BA. 2008, p. 33.

REIS, João José dos; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 332-372.

SANTOS, Arlete Ramos dos. **Aliança (neo) desenvolvimentista e decadência ideológica no campo: movimentos sociais e reforma agrária do consenso**. Curitiba: CRV, 2016.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Secretaria Municipal da Educação. **Setor de Legalização e Estatística da SMED**. Vitória da Conquista, 2017.